

Causa do Povo

Jornal da União Popular Anarquista - UNIPA - Nº 41 - Abril de 2008

www.unipa.cjb.net / unipa_net@yahoo.com.br

R\$ 0,50

Reforma versus Revolução: a reedição da degeneração social-democrata

A União Popular Anarquista vem apontando que o corporativismo e as lutas fragmentadas dos trabalhadores são obstáculos para a unidade da classe e para o avanço de nossas lutas. Portanto, é necessária a ruptura com o corporativismo e construção da unidade nas lutas da classe trabalhadora. Entretanto, tem prevalecido o corporativismo e as lutas isoladas. No serviço público federal, por exemplo, o que observamos foi a vitória dos setores governistas com negociações em separado e acordo firmados até 2010. Outro exemplo é a linha de atuação aprovada pelo setor majoritário da CONLUTAS, isto é, a avaliação de que “*não há uma bandeira que unifique a classe, pois o governo retirou da pauta a Reforma da Previdência*”.

O movimento dos trabalhadores encontra-se diante de uma profunda crise, que gera seu imobilismo e, conseqüentemente, permite a ofensiva burguesa, ampliando a exploração e a opressão sobre os trabalhadores. Essa crise tem causas objetivas e teórico-ideológicas. As objetivas são provocadas pela reestruturação produtiva e pelas reformas neoliberais que ampliam a segmentação e a superexploração dos trabalhadores. As ideológicas são provocadas pelas perspectivas reformistas que predominam no interior do movimento dos trabalhadores e são incapazes de dar respostas conseqüentes ao atual estágio da luta de classes. Nosso objetivo aqui é abordar alguns aspectos da teoria e da ideologia reformista e propor meios para superá-los.

O protagonismo na luta de classe

Um aspecto fundamental do reformismo é a centralidade da dita “luta política”, quer dizer, na perspectiva reformista a luta política é travada pelo partido eleitoral e o movimento da classe trabalhadora é convertido num apêndice do partido que cumpre a tarefa de reproduzir suas bandeiras eleitorais.

Essa perspectiva era hegemônica no processo de formação da CUT nos anos de 1980, quando no II CONCURT aprovou a seguinte resolução:

“A CUT considera que a definição de um projeto alternativo e a própria conquista do poder político

são objetivos legítimos e fundamentais para a classe trabalhadora transformar a sociedade brasileira e eliminar as formas de exploração e opressão sobre os trabalhadores. No entanto, o instrumento fundamental de definição do programa da classe e da estratégia política do poder são os partidos políticos que estiverem efetivamente comprometidos com as aspirações históricas da classe trabalhadora”. (II Resoluções do CONCURT, 1986).



Metalúrgicos protestam pela demora na licitação da Plataforma P-62 e exigem a sua produção no Rio de Janeiro

Hoje, partidos como o PSTU e correntes do PSOL, que formam o setor majoritário da CONLUTAS, reproduzem essa teoria reformista, pois subordinam as lutas dos trabalhadores à agenda eleitoral. Assim, os reformistas afirmam de forma artificial a “centralidade do Partido” em relação ao “Sindicato” e à luta dos trabalhadores, deslocando a centralidade da “luta econômica” para o que chamam de “luta política”, mas não fazendo senão deslocar a luta de classes para uma luta dentro da superestrutura do Estado burguês e de sua legalidade. E é por isso que a luta contra as “Reformas” ocupa a centralidade da luta da classe, porque, em última instância, é uma

luta que seria resolvida dentro do Estado – com a vitória de uma outra “Frente” (a do PSTU/PSOL/PCB) e a anulação das Reformas por decreto.

Resumidamente, os reformistas aplicam o seguinte esquema: 1) **a luta política é a central, pois é através dela que se muda o Estado, e, por isso, o partido é o sujeito central da luta política**; 2) **o sindicato e o movimento dos trabalhadores fazem lutas econômicas, e, por isso, são reformistas, e devem subordinar seus objetivos e formas de ação à luta política, ou seja, à luta do partido**.

As distorções geradas pela teoria e ideologia reformista produzem um movimento de trabalhadores limitado, preso à legalidade burguesa e subordinado as lutas eleitorais e parlamentares. A ação direta da classe trabalhadora é anulada pela via parlamentar; o protagonismo da classe trabalhadora é substituído pela centralidade do partido reformista eleitoral.

A luta econômica e a luta política

Numa leitura extremamente simplória, os reformistas entendem que os trabalhadores travam lutas meramente economicistas e, fazendo uma inversão da realidade, afirmam que o movimento dos trabalhadores é “reformista”, pois luta por reivindicações econômicas.

A dita “luta econômica” dos trabalhadores, só é econômica de um ponto de vista relativo. Ela envolve tanto aspectos relativos à produção e acumulação de capital, quanto à organização e administração das forças produtivas. Em termos materialistas, afeta o fundamento de toda dominação de classe. Nesse sentido, as lutas dos trabalhadores não são nunca puramente econômicas, mas as próprias lutas econômicas têm conteúdo político e são normalmente o ponto de partida de outras lutas com formas explicitamente políticas. Uma análise dialética mostra isso.

As lutas reivindicativas de caráter econômico são convertidas em bandeiras corporativistas somente quando são travadas isoladamente, sem o desenvolvimento da solidariedade de classe e sem a

Leia nessa edição:

Epidemia de Dengue no Rio de Janeiro: Neoliberalismo e desmonte da saúde pública - página 2

Ocupação na UNB: vitória do parlamentarismo estudantil, derrota dos estudantes! - página 3

percepção de que é necessário continuar avançando nas conquistas dos trabalhadores, estendendo-as ao conjunto da classe.

Bakunin e os anarquistas defendiam tal visão na AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores): a emancipação econômica deve ser o objetivo da luta sindical, pois isso marca a orientação classista e o potencial revolucionário da luta imediata dos trabalhadores. **Ao mesmo tempo, a centralidade das lutas econômicas estabelece o protagonismo dos trabalhadores no processo revolucionário, e não dá margens para a ilusão nas “reformas democráticas e burguesas no Estado”, conduzidas pelo partido reformista. Assim, a centralidade da luta contra a exploração coloca que somente a revolução socialista pode resolver os problemas econômicos e políticos do proletariado.**

Rosa Luxemburgo, na sua crítica da social-democracia, aponta como **a degeneração do partido social-democrata alemão estava se dando através da integração na legalidade burguesa, e que a teoria dessa burocracia parlamentar desprezava a luta econômica dos**

trabalhadores, criava um fetiche da luta parlamentar e negligenciava completamente a greve geral. É exatamente o que acontece hoje. A social-democracia degenerada de ontem é o socialismo reformista brasileiro de hoje, na sua teoria e prática sindical e partidária.

No caso brasileiro, essa teoria ainda produz outras dificuldades: não consegue entender a atual fase de desenvolvimento do capitalismo; nem a contradição e diversificação de classes e a importância do proletariado marginal. Por isso, os reformistas não têm uma estratégia e nem mesmo conseguem ver objetivos para a luta política dos sindicatos, uma vez que tomam a luta política como a luta na “superestrutura” baseada em bandeiras e palavra de ordens genéricas (contra as reformas neoliberais; não pagamento da dívida externa) como a luta política, atribuindo à “luta econômica” dos sindicatos um papel secundário.

As lutas econômico-políticas dos trabalhadores nos locais de trabalho contra a exploração (o que abrange tanto o salário quanto questões de organização e controle do tempo e corpo do trabalhador) são centrais para a política e teoria

revolucionária, porque nelas o trabalhador é o sujeito central. E suas armas são a ação direta, a ocupação das vias, ocupação de prédios públicos, fazendas, a paralisação da produção e a greve geral.

Os reformistas transformam a ação direta e a greve geral em discursos vazios. A ação direta é vista como algo praticamente irrealizável, que demanda milhares de participantes e mesmo quando esse requisito é cumprido as ações não ultrapassam os limites da legalidade burguesa. Por sua vez, a greve geral é transformada num evento apocalíptico, cuja realização está tão distante quanto a crise final do capitalismo.

Está colocada a necessidade de ruptura com a perspectiva teórico-ideológica reformista. E para isso é necessário colocar a classe trabalhadora, seus espaços de organização e entidades representativas como protagonistas da luta contra a burguesia, centrar suas lutas nas reivindicações econômicas, recusar a via eleitoral e estabelecer como estratégia privilegiada a ação direta, objetivando a construção de greves unificadas que apontem para a realização da greve geral.■

Epidemia de dengue no Rio de Janeiro: neoliberalismo e desmonte da saúde pública

Nos três primeiros meses de 2008 foram registrados mais de 110 mil casos de dengue no estado Rio de Janeiro (com 92 óbitos confirmados até 22 de maio), sendo que 59 mil desses casos na capital e 12 mil dos casos da capital no bairro de Jacarepaguá.

A região de Jacarepaguá possui duas características-chave para a compreensão do acontece hoje no estado Rio: é um dos bairros que registram o maior crescimento de empreendimentos imobiliários da cidade, favelização e também é um dos bairros onde o abastecimento de água é mais irregular, obrigando a população à sempre manter estoque. A possibilidade de coincidência pode ser descartada quando se vê que outras áreas onde a doença espalhou-se caoticamente – como Santa Cruz, Campo Grande, Bangu e Baixada Fluminense – partilham das mesmas características.

Outra característica importante dessas regiões, essa partilhada com a maior parte das localidades brasileiras, é a ausência de contratação e treinamento de profissionais de saúde, que não avança proporcionalmente ao crescimento populacional desses bairros, quando não regride, devido ao

sucateamento do sistema de saúde promovido pelas políticas neoliberais de redução de gastos públicos, o que significa tão e somente, demissões, arrocho salarial e subempregos, tendo a privatização como meio principal, mas de forma alguma exclusivo (vide o caso dos mata-mosquitos, sub-contratados e depois demitidos em massa da FUNASA quando José Serra era ministro da saúde).

Diante desse quadro de terror em que o Rio foi exposto, onde especulação imobiliária, crescimento desordenado, falta de saneamento básico, sistema de assistência médica desestruturado, corte de gastos com saúde, prevenção, educação e infraestrutura urbana básica, entre outros vetores, unem-se para compor mais esse flagelo que massacra, sobretudo, a população mais empobrecida, os governos federal, estadual e municipal, junto com a mídia burguesa, buscam a todo custo repassar a responsabilidade do caos para o povo, tornando-o, ao mesmo tempo, algoz e vítima de sua própria desgraça.

A hipocrisia é tanta que da parte do governo municipal surgiram as explicações mais cínicas sobre a

disseminação da doença, ora atribuindo a responsabilidade ao próprio mosquito, que teria modificado seus hábitos, outras vezes ao clima tropical da cidade, retomando as perspectivas deterministas do fim do século XIX e ignorando que não é só o Rio de Janeiro que se encontra sob tal clima no mundo e, finalmente, à própria população, que, num descaso com a própria vida, teria se descuidado do trabalho de prevenção.

Já os governos estadual e federal, empenharam-se no oportunismo de acusar a prefeitura e propor medidas ridículas ditas “emergenciais”, como a criação de um “disque-dengue” pelo governador Sérgio Cabral. O mesmo governador que, no início de seu governo, fechou um hospital centro de referência no combate à dengue, reduziu pela metade (48,6%) as verbas de combate à infecção pela doença de 2007 para 2008 e, na época reconhecidamente mais crítica para o surgimento de epidemia, no auge, gastou apenas 3,5% desses reduzidos recursos.

Tão ou mais oportunista que Cabral foi Lula que, através do ministério da defesa, armou uma verdadeira farsa na capital fluminense, trazendo lonas e

soldados do exército para exercer papel meramente figurativo, já que não tem treinamento e coordenação com o resto do sistema de saúde para efetuar a tarefa mais básica para conter o caos, que seria a triagem dos casos mais graves. Assim como, através do ministro da saúde, José Gomes Temporão, que resolveu montar um gabinete de crise, cujas principais tarefas seriam “um levantamento das necessidades de contratação de pessoal, para trabalhar em caráter emergencial, além do mapeamento das exigências na atenção à saúde da população em risco”, fingindo cinicamente que está tomando medidas excepcionais quando não faz nada além de cumprir, tardiamente, as atribuições de coordenação técnica e avaliação previstas pelo programa de controle de endemias do SUS, realizando de forma apoteótica tarefas que deveriam ser cotidianas, e isso já no período em que naturalmente o número de infecções começa a decair por conta de mudanças climáticas.

A postura repugnante com a qual as diferentes esferas de governo vêm tratando a questão da epidemia no Rio revela qual a real natureza da preocupação com a saúde do povo por

parte dos chamados governantes, ou seja, dos gestores desse grande negócio da burguesia que é o Estado: não se ouviu uma só frase de autoridades governamentais sobre a dengue que não estivesse carregada de interesses eleitoreiros. Desde as declarações esquizofrênicas do prefeito César Maia de que não existia epidemia até a montagem de hospitais de campanha do exército de Lula em parques cariocas, o que fica evidente é a mesquinhez e o oportunismo eleitoreiro que joga com a vida e a saúde de milhões de pessoas em busca de votos.

Mas é óbvio que o oportunismo eleitoreiro de César Maia, Sérgio Cabral, Lula e toda a corja de aproveitadores do povo que eles lideram, só tem um sentido: continuar seguindo no mesmo rumo que levou o povo a se defrontar com a epidemia, ou seja, gerar as condições para que a burguesia se aproprie de forma cada vez mais eficaz do trabalho do povo, incentivando o falacioso crescimento econômico baseado na flexibilização do trabalho, no arrocho dos salários e na superexploração, onde o que cresce realmente é a concentração de capital e renda. É assim que se fomenta atualmente no Rio um crescimento que tem como um dos seus sustentáculos a construção civil, principalmente relacionada ao mercado imobiliário, cujos empresários são tratados a pão-de-ló pelo governo federal e sua política de redução de juros para empréstimos destinados ao financiamento de imóveis, seguindo o modelo norte-americano, que após o impulso concentrador de capital, entra agora em colapso e, deixando a maior parte da conta para a população que se vê hiper-endividada.

E também não é coincidência que a outra capital em que se observa número assombroso de casos de dengue seja justamente Campo Grande, no Mato Grosso do Sul. O setor da construção civil já cresceu 400% em 2008, produzindo em cidades centrais como o Rio, a ocupação de novas áreas e o incremento populacional de áreas antes pouco habitadas. O que não entra no cálculo dos governos e dos empresários é a infra-estrutura requerida para atender as necessidades criadas por essa dinâmica populacional. A junção de uma política neoliberal de redução de gastos dos governos com saúde e educação e do compromisso de classe com a burguesia de transferência de recursos públicos para financiamento de empreendimentos privados, tem a necessária consequência de transferir para a população os custos do dito crescimento econômico.

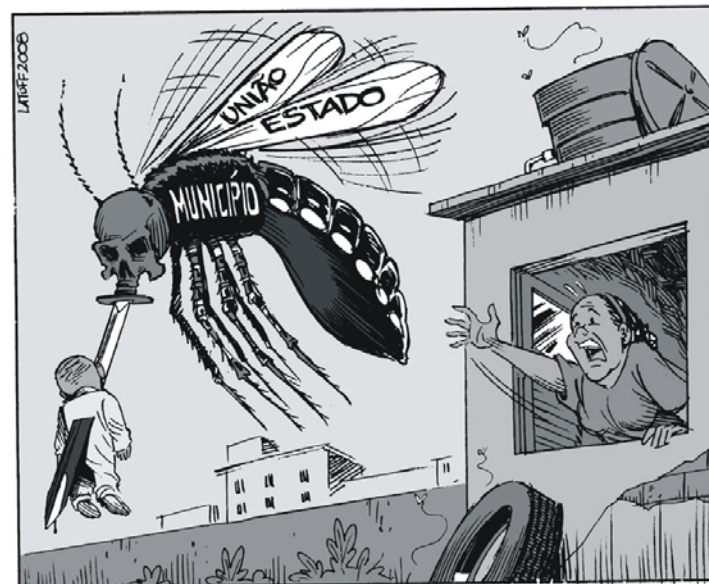
Não é difícil observar que as áreas mais afetadas pela dengue na região metropolitana do RJ são exatamente as que mais observam a construção de empreendimentos imobiliários, seguindo o mesmo modelo dos EUA de valorização imobiliária e, como consequência, gerando uma especulação imobiliária ainda maior, o que se converte em retirada da cobertura vegetal nestas áreas e aumento do número de terrenos baldios, condições sócio-ambientais estimuladoras da proliferação de mosquitos e outras pragas que atentam contra a saúde da população mais pobre.

Especialistas da fundação Oswaldo Cruz afirmam que a epidemia era de fácil previsão, pois as principais condições estimuladoras do surto da doença já haviam sido identificadas nas

s i t u a ç õ e s anteriores de epidemia, como em 1991 e em 2002, por exemplo. Segundo esses mesmos especialistas, o combate a dengue acarretaria na diminuição da injustiça social, pois implicaria na regularização do abastecimento de água para regiões de população

pobre, investimentos em profissionais de saúde e educação, investimentos em saneamento urbano e uma política habitacional contrária à especulação imobiliária. Como mostramos aqui, o que houve foi o inverso das orientações dos especialistas em saúde pública. Os governos não foram apenas omissos na prevenção, eles estimulam o surto de dengue. Sob os auspícios do PAC, incentivam os empreendimentos imobiliários em áreas sem infra-estrutura social básica, cortam gastos, sucateiam os sistemas de saúde e educação e também, cada vez mais, incentivam a especulação imobiliária.

Ao contrário do que afirma a crítica dos reformistas, a questão não é de incompetência administrativa e de falta de ação dos governos. É justamente o oposto, o objetivo das ações dos governos é concentrar cada vez mais capital nas mãos da burguesia e isso só se consegue com a superexploração do trabalho, obrigando o trabalhador a



PCharge de LATUFF : Governos omissos frente a epidemia

viver, trabalhar e morar em condições cada vez mais precárias e sem assistência.

Os governos só acertam em uma coisa: só quem pode combater a dengue é o povo. Pode combater através da organização para a ação direta, em movimentos de ocupação urbana contra a especulação imobiliária, em associações de moradores, fechando as ruas contra a falta de saneamento básico e o abastecimento injusto de água, nos sindicatos fazendo greves contra os sub-contratos de trabalho que engordam os lucros dos capitalistas e obrigam os trabalhadores a viverem em condições precárias de saúde, ocupando as ruas contra as falácias eleitoreiras e oportunistas do Estado e da burguesia e tirando na marra o poder desses exploradores e opressores.

Só a luta dos trabalhadores barra o genocídio! Abaixo Lula, Cabral e César Maia, assassinos! Todo o poder ao povo!

Ocupação da UNB: Vitória do parlamentarismo estudantil, derrota dos estudantes!

O escândalo iniciado pelo desvio de finalidade da Finatec (Fundação de “apoio” da UNB) no mobiliamento de luxo do apartamento funcional destinado ao Reitor Timothy Mullholand desencadeou um alarde na opinião pública. O efeito geral deste

impacto foi sentido também no movimento estudantil que na UNB possuía uma série de pautas de luta acumuladas: as reivindicações dos moradores da casa estudantil (CEU), a imposição do REUNI, a precarização das relações de trabalho dos docentes, as

fundações de direito privado etc.

Porém, mesmo contando com uma série de reivindicações, o movimento estudantil se encontra na defensiva desde o ano passado, marcado pela ascensão ao DCE da chapa para-governista “Nada será como

antes” (composta por PSTU, PSOL e os “independentes”, “instinto coletivo”), o que colocou o movimento a reboque dos escândalos advindos da legalidade burguesa. Desde o início, a crítica da **Oposição Estudantil Combativa, Classista e Independente ao DCE**

indicava a limitação legalista do DCE, que se limitou a protocolar uma ação no Ministério Público. Frente a este imobilismo, por outro lado, a **Oposição CCI** defendeu a necessidade de transformar a pauta específica da UNB (de luta contra a corrupção do reitor) em pauta política geral, de luta contra as Fundações Privadas e contra o REUNI, através de táticas de ação direta. Obviamente, estas questões não estavam incluídas nas pautas “consensuais” das assembleias manobradas pelo atual DCE, que esteve o tempo todo preocupado em barrar as propostas de atos de ação direta, feitas desde o começo pela **Oposição CCI**, e rebaixar as pautas reivindicativas para consolidar uma frente com os setores governistas pelegos da UNE (PT, PCdoB) e da direita estudantil da UNB (a “união de estudantes independentes”).

O ponto de virada desta situação se deu na assembleia geral que precedeu a ocupação e que contou com um número significativo de estudantes. A ocupação do gabinete do reitor se iniciou após uma mobilização pelo campus da UNB. Assim, **o anseio combativo expresso pela base estudantil impulsionou todos os partidos reformistas e a direita organizada contidos na direção de um comitê “Fora Reitor” a encampar a ação direta na reitoria.**

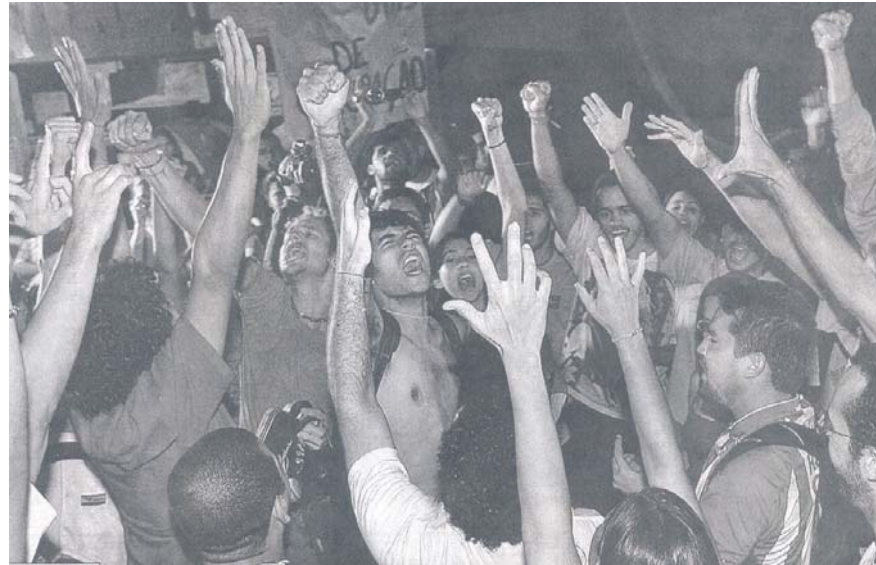
Feito isso, apesar de pressionada pela base, a direção reformista e pelega, formada pelo PCdoB, PT, PSOL e PSTU, não levaria a ação direta até suas últimas consequências. A ocupação da UNB passou por um processo de definhamento progressivo expresso pelo seu esvaziamento político e organizativo estimulado pelo parlamentarismo estudantil, que é a concepção e prática empreendida pelas correntes estudantis vinculadas aos partidos reformistas.

O ápice da ocupação foi o seu reforço, também conhecido como a “reocupação”, ocorrido após a assembleia geral estudantil de 07/04, quando os estudantes romperam as barreiras da segurança e ocuparam o restante do prédio. Porém, a **ocupação foi conduzida lentamente ao afastamento da combatividade e à**

capitulação ao governismo. A excessiva exposição à mídia burguesa pelos partidos reformistas com o objetivo de autopromoção eleitoreira, as constantes manobras oportunistas nas mesas das assembleias gerais, o legalismo à reboque das instituições burocráticas universitárias e a mediação parlamentar com os mais sujos setores do PSOL, PSB, PT, PPS e PDT passaram a substituir os

acúmulo real.

O dobrar de sinos do movimento de ocupação prosseguiu com o “desmembramento” da pauta reivindicativa após a queda do reitor e vice-reitor, reduzindo-a a uma mera “paridade” nos conselhos universitários e pelo congresso estatuinte paritário. Além de representar uma reivindicação rebaixada por ainda perpetuar o regime desigual onde a massa de alunos é desvalorizada, este fato atestou também a pressa do setor pelego em desmantelar a ocupação o mais rápido



Estudantes durante a ocupação da Reitoria da UNB

meios combativos e democráticos de luta.

A tarefa objetiva colocada ao estudantado era transformar a deixa aberta pela corrupção da burocracia da UNB para ampliar as reivindicações para uma luta geral contra o governismo, a privatização e as reestruturações produtivas que atingem as universidades federais. Várias manobras em assembleia postergaram até o fim o indicativo de greve, não permitindo a defesa de sua deflagração, o que repeliu diversos estudantes de participarem da ocupação diretamente. Em síntese, as propostas demonstraram apenas a diferença de grau na formulação de políticas dos partidos reformistas que defendem abertamente a política governista (PCdoB e PT) ou realizam uma crítica envergonhada em palavras sem orientar para a luta prática (PSTU e PSOL), com a defesa de plebiscitos e outras medidas vagas que não geram

possível, deixando claro o seu real objetivo eleitoral oportunista: se ater apenas à “crise moral” provocada pela corrupção do reitor. Completando o definhamento da ocupação, o conjunto de toda a corja parlamentar estudantil incitou uma ilusão na base ao desviar a luta para uma “pressão no Conselho Universitário” (Consuni), em lugar de uma assembleia ampla e democrática de todos os setores da UNB para definir seu regime de gestão. Esta última, defendida pela **Oposição combativa, classista e independente**, ao lado de militantes da AJR/PCO, foi neutralizada na prática pela confusa proposta de “legitimar os dois espaços”, o que, na prática, **levou o movimento a contrair demandas dos “conselheiros”, como a de condicionar a anistia dos lutadores à desocupação da reitoria.**

A frente unida do parlamentarismo estudantil se sentou

numa mesa de negociações com o reitor *pro tempore* Roberto Aguiar, conhecido ex-comandante das polícias assassinas do Rio de Janeiro e do DF, resultando em 28 resoluções que, na prática, não davam a mínima garantia quanto a nenhuma conquista objetivada pelo movimento. Os termos que garantiam “estudar” e “avaliar” as exigências se repetiam constantemente. Destaque para a questão da paridade que, segundo Aguiar, seria “debatida” sendo ele mesmo “a favor”, restringindo sua implementação, no entanto, à aprovação da burocracia do Consuni. Esta lista de “compromissos” foi usada para iludir a base pelos governistas e para-governistas que pediram pela desocupação mediante as “grandes vitórias” apresentadas. Todo o bloco reformista afirmou que se deveria apostar em “novas formas de luta”, totalmente abstratas e dissociadas da ocupação, da ação direta. A desmobilização contou com um trabalho de base que contou com passagens em salas incitando a base a votar pela desocupação que foi finalmente imposta em 17/04.

Por fim, o que esta ocupação revelou foi um afastamento progressivo da ação direta com o seu esvaziamento propositalmente executado pelo parlamentarismo estudantil. Trocando em miúdos, o movimento tentará disputar a paridade onde não existe paridade, tornando a já rebaixada pauta quase impossível de ser alcançada.

A conclusão clara é que apesar da ação direta ter impactado o movimento estudantil da UNB e ter conseguido derrubar o reitor e vice-reitor faltou um programa anti-governista que reorganizasse e construísse a luta política do estudantado. Para que a luta estudantil consiga ser vitoriosa de fato é necessário derrotar o reformismo estudantil por meio de oposições estudantis de luta com métodos de ação direta e que defendam a democracia estudantil. É necessário sobretudo defender um programa anti-governista que transforme as lutas específicas de cada base estudantil em greve geral de estudantes e trabalhadores da educação para estabelecer uma contra-ofensiva ao governo Lula.

**Combater o peleguismo dos partidos reformistas!!
Pela extinção das Fundações parasitas de apoio aos empresários!
Pelo fim do vestibular! Em defesa da Universidade Popular!**

Todo o Poder ao Povo!